

# Plantações de eucalipto para energia:

O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil

Ivonete Gonçalves de Souza (CEPEDES)

Winfriidus Overbeek (WRM)



***“Enquanto estão comprando o produto, estão deixando desgraça para nós”***

*(resposta de liderança comunitária em Santa Quitéria, Baixo Parnaíba, Maranhão, à pergunta sobre qual seria sua mensagem aos compradores europeus da madeira da Suzano)*

## **Introdução**

Em tempos em que as economias mais “cinzentas” do mundo são rebatizadas de “verdes” e formas depredadoras de geração de energia, chamadas de “renováveis”, é de suma importância mostrar o que há por trás dessas palavras, ou seja, conhecer melhor a realidade dos projetos “renováveis” e “verdes”.

Um exemplo é o projeto desenvolvido pela empresa brasileira Suzano Papel e Celulose na região do Baixo Parnaíba, estado do Maranhão, justificado como “inovador”<sup>1</sup>. Trata-se de produzir uma energia “renovável” através de biomassa de madeira, os chamados “*pellets*”, ou seja, pequenos pedaços adensados de madeira, produzidos a partir de extensas monoculturas de árvores de eucalipto, chamadas de “florestas plantadas” ou “florestas energéticas”. O objetivo é vender os “*pellets*” a empresas de energia na Europa, que precisam cumprir as novas metas obrigatórias da União Europeia de utilização de “energias renováveis”, tendo como suposto “objetivo” proteger melhor o clima. Um porta-voz da empresa de energia britânica MGT Power Ltda, que busca substituir o uso de combustíveis fósseis e também uma possível compradora de “*pellets*” da Suzano, afirmou que fazer negócios com essa empresa é confortável, uma vez que se trata de uma das maiores produtoras de papel e celulose do mundo, além de ser bem estabelecida e ter credenciais de sustentabilidade<sup>2</sup>. Mas de qual “sustentabilidade” a empresa britânica está falando?

O objetivo deste artigo é mostrar o que ocorre na região do Baixo Parnaíba, onde a Suzano está promovendo a monocultura de eucalipto para fins de energia. O Cerrado, com sua exuberância e sua diversidade, é fonte de sobrevivência de muitas famílias e vem sendo destruído com o uso de tratores e correntões. Ao destruir o Cerrado, a Suzano destrói também as formas de vida dessas comunidades, que estão indignadas. Uma liderança de 51 anos, de uma comunidade com 100 famílias que não têm e não conhecem outro lugar para viver, desabafa:

---

<sup>1</sup> [http://www.relatoriosuzano2011.com.br/PDFs/RA\\_Suzano2011.pdf](http://www.relatoriosuzano2011.com.br/PDFs/RA_Suzano2011.pdf)

<sup>2</sup> <http://biomassmagazine.com/articles/5023/mgt-signs-mou-with-suzano-for-biomass-supply>

“A Suzano está destruindo a nossa fonte de renda. Vivemos basicamente do bacuri e aqui tiramos pelo menos 100 toneladas por vez. E é disso que a gente vive. Além do bacuri, dentro desta área tem paca, tatu, veado, jacu, nambu. Além de pássaros e outras espécies também importantes pra nós. Na chapada tem remédio, tem fruta, tem flores, tem beleza e dá pra soltar um pouco de gado por lá.”



Dedicamos este artigo a todas as comunidades<sup>3</sup>, suas mulheres e homens, que têm resistido bravamente às tentativas da Suzano de se apropriar dos seus territórios e destruir extensas chapadas cobertas de Cerrado.

---

<sup>3</sup> Diversas comunidades impactadas pela ação da Suzano receberam visita de campo por parte dos autores no período de 13 a 17 de maio de 2013; ressaltamos que não citamos nomes das pessoas que nos acolheram e nos concederam entrevistas durante nossa estadia na região, buscando resguardá-las, devido ao clima tenso em torno dos conflitos de terra na região.

# Breve histórico das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba

A grande maioria das terras na região do Baixo Parnaíba<sup>4</sup> e no estado de Maranhão é devoluta, ou seja, terras que nunca foram devidamente registradas nas instâncias oficiais do Estado e que, por isso, pertencem legalmente ao estado do Maranhão, cujo dever é regularizá-las em favor daqueles que as ocupam, conforme determina a Constituição Brasileira de 1988.

Terra devoluta não é sinônimo de terra desabitada, ao contrário. No Baixo Parnaíba, assim como em todo o território brasileiro, as terras devolutas costumam ser habitadas e usadas de forma secular por comunidades locais que delas sobrevivem, praticando uma agricultura de pequena escala e diversificada de arroz, feijão, milho e mandioca, fazendo hortas e criando pequenos animais<sup>5</sup>. Essas comunidades fazem uso do bioma predominante na região, neste caso, o Cerrado, vivendo nas áreas mais baixas, permeadas por riachos e rios, repletos de imponentes buritizeiros – palmeiras muito utilizadas pelas comunidades para alimentação. Mas a maior parte do Cerrado ocupa as vastas áreas de chapada, formando uma terra, mais alta e plana, de uso comum e aberto para todos, oferecendo alimentos como as frutas do bacurizeiro e do pequizeiro, muito apreciadas pelos moradores; materiais para a construção de casas e confecção de utensílios como esteiras e peneiras, lenha para cozinhar, diversas matérias-primas para remédios naturais e muito mais. O modo de vida, bem como a valorização do uso coletivo de grande parte do território, além da convivência harmoniosa com o ecossistema local, faz com que as comunidades no Baixo Parnaíba, também chamado de Leste Maranhense, possam ser definidas como *comunidades tradicionais*.

As famílias que foram compondo as comunidades do Baixo Parnaíba eram, na sua grande maioria, posseiras, populações agroextrativistas sem título das terras onde se instalaram, mas que construíram seu modo de vida fortemente ligado ao lugar, ao território e ao Cerrado e seus muitos benefícios e utilidades. A maior parte das famílias chegou no Século XIX, vinda dos estados próximos do Piauí e do Ceará, de onde partiu fugindo da seca, e se estabeleceu nas terras do Baixo Parnaíba. E já se foram muitas gerações, portanto, as terras foram se configurando como *tradicionalmente ocupadas* por essas comunidades camponesas<sup>6</sup>, que também incluem 14 comunidades

---

<sup>4</sup> Território com 19.179 km<sup>2</sup> e 16 municípios, com uma população de 411 mil habitantes, sendo que 53% do total vivem na área rural ([http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoparnabama/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoparnabama/one-community?page_num=0)), muito mais do que a média nacional da população rural de cerca de 15%.

<sup>5</sup> No Brasil, cerca de 70% dos alimentos que compõem a alimentação básica dos brasileiros são produzidos pela pequena agricultura familiar e camponesa.

<sup>6</sup> Gaspar, Rafael, "Mobilização e Justiça Ambiental: resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense", [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20bezerra%20gaspar.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20bezerra%20gaspar.pdf)

quilombolas<sup>7</sup> estabelecidas na região, visto que, no século XIX, a região também estava na rota de fuga de negros escravizados.

O fato que mais incentivou o processo de negociar e vender as terras das comunidades tradicionais nas últimas décadas, no Maranhão, foi a promulgação da Lei Estadual das Terras no. 2.979 de 1969 pelo governo do estado. Essa Lei ocasionou uma série de conflitos entre grandes proprietários de terras e comunidades de posseiros – conflitos sobre posse e acesso a terras, que levaram, inclusive, à expulsão de muitas famílias e comunidades<sup>8</sup>.

## **Histórico do projeto da monocultura do eucalipto no Baixo Parnaíba**

Na década de 1980, a Maranhão Gusa S/A (MARGUSA) chegou na região com um projeto de produção de carvão vegetal, motivado pela abertura da mina de ferro de Carajás, da VALE, no vizinho estado do Pará. A mina de Carajás levou à criação de dezenas de siderúrgicas de ferro gusa, aumentando a demanda por carvão vegetal como fonte energética. A MARGUSA não comprava terras; em vez disso, pagava pessoas para cortar madeira do Cerrado nas chapadas, causando muita devastação. No entanto, criou uma empresa “florestal”, a Maranhão Forestal S/A (MARFLORA), com o objetivo de plantar eucalipto, como também fez a ITAPAGÉ Papéis, Celulose e Artefatos, pertencente ao Grupo Industrial João Santos, de Pernambuco.

A Suzano também chegou à região nos anos 1980, sob o nome de *Comercial e Agrícola Paineiras S/A*, adquirindo áreas de eucalipto da MARGUSA quando esta começou a entrar em crise financeira. Paralelamente, a própria Paineiras arrendou novamente áreas para a MARGUSA quando esta tentou retomar o plantio de eucalipto em 2003, ano em que foi comprada pela GERDAU<sup>9</sup>. Porém, o projeto de plantio de eucalipto da MARGUSA nos anos seguintes nunca se concretizou, visto que o EIA/RIMA elaborado por uma empresa chamada STCP<sup>10</sup> para o plantio de 100 mil hectares de eucalipto no Maranhão nunca foi concluído, e a GERDAU acabou se retirando da empresa no final de 2007.

À partir de 2008, foi a vez de a Suzano expandir fortemente o plantio de eucalipto no Baixo Parnaíba, em terras das quais a Paineiras já tinha se apropriado anteriormente. A Suzano também adquiriu mais terras por conta própria, com a ideia de produzir madeira

---

<sup>7</sup> [http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoparnabama/one-community?page\\_num=0](http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/baixoparnabama/one-community?page_num=0)

<sup>8</sup> Gaspar, Rafael, “Mobilização e Justiça Ambiental: resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense”, [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20Bezerra%20gaspar.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20Bezerra%20gaspar.pdf)

<sup>9</sup> [http://www.abmbrasil.com.br/news/noticia\\_integra.asp?cd=573](http://www.abmbrasil.com.br/news/noticia_integra.asp?cd=573)

<sup>10</sup> Régis, Mayron, 2011. “As chapadas e os bacuris”, Fórum Carajás, página 55 – vale complementar que esta empresa de consultoria, a STCP, também foi posteriormente contratada pela Suzano para elaboração de EIA/RIMA.

para um projeto de celulose no vizinho estado do Piauí. Ali, a Suzano pretendia plantar 160.000 hectares de eucalipto, enquanto, no Maranhão, a idéia era plantar 400 mil hectares no estado todo, visando abastecer também um segundo projeto de uma fábrica de celulose em Imperatriz, no Sul do estado.<sup>11</sup>

O processo de expansão do eucalipto na região do Baixo Parnaíba ocasionou, a partir de 2005, uma explosão de conflitos com as comunidades que começaram a perder suas áreas de chapada, exatamente as terras planas e agricultáveis que estão na mira da Suzano.

A partir de 2008-2009, o projeto da fábrica de celulose no Piauí<sup>12</sup> deu indícios de inviabilidade, pelo menos no curto prazo. Diante disso, a Suzano muda o destino das plantações de eucalipto no Baixo Parnaíba para a produção de *pellets* para exportação, de olho no novo mercado emergente na Europa, que demanda biomassa de madeira como fonte energética alternativa a petróleo e carvão mineral. Em 2009, no apagar das luzes do governo estadual do ex-governador Jackson Lago, a Suzano conseguiu obter a licença ambiental – de instalação e operação – para seu projeto de plantio de eucalipto na região, recebendo autorização para o desmatamento de cerca de 40 mil hectares de Cerrado para plantar uma área correspondente de monocultura de eucaliptos nos municípios de Santa Quitéria, Urbano Santos e Anapurus<sup>13</sup>. O Fórum Carajás<sup>14</sup> estima que hoje existam cerca de 30 a 40 mil hectares de eucaliptos plantados no Baixo Parnaíba, concentrados nos municípios mencionados, afetando diretamente a vida de mais de 50 comunidades rurais tradicionais.

Um dos principais motivos que trouxeram a Suzano, que pertence a uma família tradicional do estado de São Paulo, no Sudeste, para se expandir longe dali, no Nordeste, foi e continua sendo o atrativo baixo preço de terra. Trata-se de um mesmo padrão de migração rumo ao Norte e Nordeste do país, já traçado por outras monoculturas do agronegócio brasileiro, como cana e soja. Moradores das comunidades no Baixo Parnaíba falam em preços de terras pagos no ano 2000 em torno de R\$ 80 por hectare, sendo que o valor hoje estaria chegando a 500 reais, ainda muito baixo em comparação com o preço médio pago pela terra no Brasil e extremamente baixo se comparado ao preço praticado hoje nos estados do Sudeste, onde há a maior concentração da monocultura de eucalipto. O preço médio das terras no Brasil para agricultura, pecuária e “reflorestamento” – leia-se: monocultura de eucalipto – saltou de R\$ 2.280 por hectare em 2003 para R\$ 7.470 em 2012, sendo que o preço por hectare de terra no estado de São Paulo em 2012 chegou a valores de R\$ 32.000<sup>15</sup>.

Outro grande projeto no Baixo Parnaíba veio com a chegada de plantadores de soja do Rio Grande do Sul, os chamados “gaúchos”, no final dos anos 90, o que também deu

---

<sup>11</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás, página 50.

<sup>12</sup> Diversos artigos na imprensa afirmam que o projeto não será retomado antes de 2016.

<sup>13</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011, Fórum Carajás, página 60.

<sup>14</sup> Organização não governamental criada no início dos anos 90 para monitorar a expansão e os impactos dos grandes projetos desenvolvimentistas no estado de Maranhão.

<sup>15</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,preco-da-terra-agricola-subiu-227-em-dez-anos-quase-o-dobro-da-inflacao-,1003989,0.htm>

início à destruição do Cerrado e à concentração de terras. Os gaúchos projetavam plantar 500 mil hectares de soja na região. Não conseguiram concretizar esse plano, mas, mesmo assim, destruíram quase 40 mil hectares de Cerrado, hoje transformados em monocultura de soja.

## Os conflitos entre as comunidades e a Suzano pela terra e pelo Cerrado

**“Estamos brigando por aquilo que é  
nosso...”**

(morador de São Raimundo, município de  
Urbano Santos, Baixo Parnaíba, Maranhão)

O processo de desapropriação de terras ocupadas por comunidades tradicionais na região do Baixo Parnaíba caracteriza-se pela ilegalidade, a exploração das comunidades praticada pelos supostos donos da área e, sobretudo, as violações dos direitos legítimos das comunidades a posse, uso e acesso aos territórios que tradicionalmente ocupam.

A ilegalidade do processo de desapropriação territorial das comunidades, que também envolve a Suzano, fica evidente nos métodos que costumam ser aplicados. Conforme o Fórum Carajás, é comum a prática ilegal de compradores de terras na região. Muitas vezes, famílias que fazem parte da elite local aumentam o tamanho das áreas compradas na hora de fazer o registro no cartório do município. Um exemplo é dado por Antenor Ferreira em um artigo sobre o processo de apropriação de terras pela Suzano na região do Baixo Parnaíba<sup>16</sup>, mostrando um documento de propriedade de 3.741,3294 hectares em nome da Comercial Agrícola Paineiras, pertencente à Suzano, no município de Anapurus. Esse documento foi reconhecido como legal no cartório local sob a matrícula no. 869, mas, pesquisando a origem da área, o autor do artigo demonstra com documentação que ela, na realidade, é constituída de 1.877,730 hectares de área particular, sendo que os restantes 1.863,6264 hectares são terras devolutas. Segundo Ferreira, “estima-se que cerca de 70% das terras adquiridas pela Paineiras no Maranhão tenham origem irregular”. Ele mostra, ainda, exemplos de outra ilegalidade: a prática de usar nomes de pessoas que nunca possuíram ou habitaram as áreas que estão sendo vendidas. É o caso de Leudson da Costa Viana, lavrador que mora em Santa Quitéria e que, apesar do seu nome constar no registro de um documento de venda de terra, declarou nunca ter tido a posse da propriedade que ele, como consta no registro, teria vendido à Paineiras em 2010 pelo valor de R\$ 2.005,44, o que indica a falsificação de documentação.

---

<sup>16</sup> <http://urbanosantosonline.blogspot.com.br/2011/02/comprovado-suzano-e-paineiras-grilam.html>

Se não for o caso de usar as terras ou expulsar as famílias imediatamente, o registro e a apropriação também representam a oportunidade para que os latifundiários, inclusive plantadores de soja e empresas, explorem os posseiros. Antigos moradores de comunidades contam que os supostos proprietários de terras na região, inclusive a Paineiras (da Suzano), antes mesmo de começar o plantio de eucalipto, costumavam requerer uma parte da colheita das roças dos moradores locais como se fosse um “pagamento” pelo uso da terra do “proprietário”. Era como se os moradores fossem “arrendatários”. Uma moradora do pólo de Coceira conta que a Paineiras era até bastante rígida nessa prática, com representantes da empresa indo às roças medir e, em seguida, cobrar com precisão aquelas “linhas” de roça que lhe “pertenciam”.

No município de Santa Quitéria, a resistência contra o avanço do eucalipto da Suzano começou a crescer a partir do chamado *Pólo de Coceira*, uma microrregião que inclui sete comunidades e cerca de 7 mil hectares de áreas mais baixas e chapada. Foram quatro comunidades, incluindo as de Coceira e Baixão da Coceira – ao todo, mais de 300 famílias – que iniciaram a resistência e a luta contra o avanço do eucalipto pela



Suzano<sup>17</sup>. Nesse polo, são poucas as famílias que têm um título de propriedade das suas terras, ou seja, a grande maioria é de posseiros. A resistência das comunidades cresceu depois que a empresa já tinha plantado cerca de 1.400 hectares de eucalipto na microrregião e destruído muitos pés de bacuri e pequi. Com os eucaliptos crescendo, apareceram impactos negativos, como a redução da quantidade de água nos córregos e. A empresa também pegou água diretamente dos rios, com uma licença – outorga – concedida pela Secretaria do Meio Ambiente de Maranhão para captar água das bacias do rio Preguiça, do rio Munim e do rio Buriti, reduzindo ainda mais o volume de água nesses rios. A licença é ilegal, já que a SEMA não é o órgão competente para conceder este tipo de autorização<sup>18</sup>. Recentemente, em junho de 2013, a secretaria revogou a licença da Suzano, suspendendo a autorização<sup>19</sup>. Além disso, os moradores perceberam também que a empresa estava aterrando nascentes e riachos porque precisava de estrada para passar com suas máquinas pesadas, afetando ainda mais os recursos hídricos. E o gado, que os moradores costumam soltar na chapada, voltava doente, com coceira na pele, resultado do agrotóxico aplicado nas plantações e que também contaminava as fontes de água.

<sup>17</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás, página 97.

<sup>18</sup> <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.fi/2012/07/o-lugar-da-sustentabilidade-nos.html>

<sup>19</sup> <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2013/06/secretaria-de-meio-ambiente-suspende.html>



A situação dramática que o monocultivo do eucalipto promoveu foi logo observada na comunidade de Mundé, no polo Coceira. A Suzano plantou eucalipto ao lado da comunidade, impedindo que a mesma pudesse soltar o gado como antes. Para piorar, o que sobrou de Cerrado se tornou Reserva Legal da empresa, inviabilizando qualquer possibilidade da comunidade continuar a ter áreas para fazer suas roças. Sobre a Reserva Legal da Suzano no Polo Coceira, Mayron Régis, estudioso da região e membro do Fórum Carajás, escreve:

“Entre um e outro plantio [de eucalipto], lê-se reserva legal. Estas áreas, em boa parte, correspondem a uma vegetação rala do Cerrado. As partes mais significativas do Cerrado dessas duas fazendas foram postas abaixo pelos tratores da empresa e pelo uso de correntões. Provavelmente, o desmatamento de vegetação nativa possibilitou a existência de mais de cinco mil hectares de eucalipto”.<sup>20</sup>

A comunidade de Tabocas, próxima a Mundé, também no Polo Coceira, encontra-se igualmente cercada de eucalipto. A empresa deixou apenas 12 hectares para a

---

<sup>20</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás, página 97.

comunidade fazer roça, e esta perdeu mais da metade das árvores de bacuri, pequi e outras espécies importantes para si. O morador entrevistado lamenta não ter conseguido o apoio da comunidade “para evitar o desmatamento”.



Em maio de 2009, pela primeira vez, a Suzano tentou entrar numa chapada próxima às comunidades de Coceira e Baixão da Coceira, onde se concentra a resistência contra o eucalipto. Eram nove da noite quando um morador local percebeu a movimentação de tratores na chapada. Aos poucos, as comunidades próximas foram avisadas e, ao amanhecer, moradores foram ao local e se colocaram na frente dos tratores, impedindo o avanço da derrubada da floresta do Cerrado, e os operadores de máquinas foram embora. Depois de algum tempo, o Sr. Demerval, da Suzano, tentou se reunir com uma liderança fora da comunidade, mas esta exigiu que a reunião fosse realizada dentro das comunidades. Quando o Sr. Demerval chegou, também as famílias chegaram, pois a liderança chamou a todas para que participassem. Na reunião, o Sr. Demerval disse que a Suzano queria fazer um acordo, dando 500 hectares para cada comunidade e mais projetos como o “campo agrícola” (veja no Box 2), mas as comunidades não aceitaram. Depois, a empresa apareceu pela segunda vez na chapada com tratores, pronta para derrubar o Cerrado. Quando as comunidades chegaram, a empresa tentou resistir, dizendo que, desta vez, só retiraria os tratores com uma ordem judicial. Mas, com sua rápida mobilização, as comunidades conseguiram mais uma vez parar os tratores. Posteriormente, a empresa decidiu recorrer à Justiça e conseguiu uma reintegração de posse que foi entregue na comunidade do Baixão da Coceira, por um oficial de justiça acompanhado de carros da empresa e da polícia, juntos.



O juiz concedeu a posse da chapada à Suzano, mas isso não impediu que as comunidades do pólo Coceira se mobilizassem pela terceira vez para tentar impedir o desmatamento, que já estava em andamento na chapada, bem próxima à comunidade. Um morador disse na ocasião: “Eles não vão desmatar, só se passar por cima da gente!” Os moradores buscaram reforço na comunidade e, quando o grupo maior chegou à chapada, a Suzano já havia desmatado 100 hectares. Havia 15 policiais presentes, apoiando a ação da empresa, mas a comunidade tinha conseguido mobilizar cerca de 300 pessoas rapidamente. Com a presença dos policiais, o clima ficou ainda mais tenso e a empresa estava determinada a concluir o desmatamento. Mas, quando um membro da comunidade, revoltado com tanto desrespeito, ameaçou botar fogo nos tratores, o chefe dos policiais resolveu parar mais uma vez a operação e retirar as máquinas.

Desde então, a Suzano não fez novas tentativas de desmatar a área, enquanto as comunidades que resistem iniciaram outra luta pela desapropriação das terras de uso da comunidade para a criação de assentamentos, através de processos no Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA). Por exemplo, no caso de Baixão da Coceira, a proposta é criar um assentamento de 1.500 hectares, o que vai garantir à comunidade o usufruto da chapada, não só para as famílias de hoje, mas também para futuras gerações.

Uma história parecida é contada pelos moradores da comunidade de *Bracinho*, polo de São Raimundo, município de Urbano Santos, onde dezenas de famílias de moradores posseiros se juntaram para defender seu direito ao território. Uma moradora conta: “A Suzano quer tentar tirar a gente daqui, deixar a gente com menos coisas”. Era 17 de maio de 2011 quando a empresa chegou para desmatar o Cerrado da chapada próximo à comunidade, em uma região que inclusive faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA), Upaon Açu<sup>21</sup>. A comunidade disse aos operadores dos tratores que era melhor que parassem: “Ficamos na frente dos tratores, era duas e meia da tarde e foi até seis e meia da noite”. Segundo o que contam os moradores, um dos quatro seguranças presentes atirou, mas os moradores não ficaram com medo e empurraram o carro dos seguranças para trás. O gerente da Suzano, o Sr. Demerval, disse que a comunidade estaria trabalhando contra o que ele chamou de “direito”, mas os moradores se mantiveram firmes e disseram que ele deveria afastar as máquinas e ir embora. Essa já foi a terceira tentativa e, depois, a Suzano tentou mais uma vez fazer o desmatamento, mas não conseguiu derrubar o Cerrado, muito menos plantar eucaliptos nas terras.

Em dezembro de 2011, a comunidade conseguiu uma liminar na justiça, determinando que a Suzano “se abstenha de praticar atos de ameaça aos possuidores da Comunidade Tradicional de Bracinho, localizada no município de Santa Quitéria/MA, ou de invasão desta propriedade rural, sob pena de pagamento de multa no valor de R\$ 2.000 (dois mil reais) por dia, (...)”<sup>22</sup>. Um elemento importante na decisão da juíza foi o fato de já haver

---

<sup>21</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás, página 84.

<sup>22</sup> Decisão da Justiça Estadual de Maranhão, processo 363-88.2011.8.10.0117, interdito proibitório, publicada em 21/12/2011, assinada por Elaile Silva Carvalho, juíza de direito.

um processo de regularização do território da comunidade em andamento quando a Suzano tentou invadi-lo. Há seis anos, a comunidade de Bracinho formou uma associação e deu entrada em um processo de regularização fundiária no ITERMA, com o objetivo de criar um assentamento com 3.400 hectares, correspondente à área de moradia e de uso da comunidade, inclusive a chapada. Os moradores sabem que as terras são devolutas e que por isso lhes pertencem, que eles são os legítimos donos, até porque já vivem no lugar há muitas gerações. Mesmo assim, pediram à Suzano que mostrasse o documento da terra que a empresa dizia ter, mas, segundo contam, seus representantes nunca trouxeram esse documento. Em compensação, a empresa chegou a propor dar uma área de 400 hectares para toda a comunidade, se esta aceitasse um acordo.

A comunidade de Bracinho explica que é contrária ao plantio de eucalipto porque tem recebido notícias de outros lugares na região onde comunidades não reagiram à chegada da empresa e hoje estão vivendo com dificuldades, isoladas, no meio do eucaliptal. Os moradores contam que essas comunidades se deixaram seduzir pelas muitas promessas da Suzano de construir escola, posto de saúde, fazer estrada, receber um “campo agrícola”, as quais, segundo eles, não são cumpridas. Um morador de Bracinho afirma, que as pessoas foram “adubadas” de várias formas para aceitar o projeto.

Hoje, a Suzano está proibida de entrar na comunidade de Bracinho. Mesmo assim, a empresa tenta, mas não com tratores. Recentemente, mandou uma assistente social chamada Fernanda, com a desculpa de fazer um trabalho com as crianças, mas a comunidade se manteve firme, dizendo que a Suzano não pode entrar, “nem por mal, nem por bem”.

Outra comunidade que enfrenta o problema da expansão do eucalipto da Suzano é *Santa Rosa*, também no município de Urbano Santos, onde formou sua associação e entrou com um processo no órgão federal de promoção da reforma agrária, o INCRA, para criar um assentamento. Em um primeiro momento, o “suposto” proprietário da área estava disposto a vender a área ao INCRA, para que a comunidade pudesse desfrutar da terra onde vive há várias gerações. O proprietário foi ao INCRA, junto com uma delegação da comunidade, para consumir a venda, mas depois, parece ter repensado a proposta a partir do interesse da Suzano de se apropriar



da área. Hoje, a comunidade está aflita e, ao mesmo tempo, revoltada porque o suposto proprietário colocou uma pessoa dentro dela com o objetivo de expulsá-la. Para cumprir esse objetivo, está ameaçando, intimidando e amedrontando os moradores. Assustados, alguns já pensam em abandonar o lugar onde sempre viveram, mas a maioria afirma que não quer sair, porque sempre morou nesse lugar. O exemplo da Santa Rosa mostra que, enquanto as comunidades tentam se unir na defesa e no reconhecimento do seu território, a pressão da Suzano, junto com o interesse e a atitude do suposto proprietário no sentido de vender a área para a empresa, acabam dividindo e fragilizando os moradores.

A comunidade de *São Raimundo*, vizinha de Bracinho no município de Urbano Santos, ainda não é diretamente afetada pela Suzano, mas não permite que a empresa ostente suas placas em seu território, muito menos nas chapadas próximas. Um morador comenta que já foram retiradas placas da Suzano, explicando que, se as deixam, parece que os moradores estão considerando que a terra já é da empresa, o que não admitem.

Os moradores de São Raimundo contam que, no caso deles, a principal ameaça vem de um gaúcho chamado Evandro Loez, que quer se apropriar de cerca de 3.000 hectares de terras de chapada<sup>23</sup>. Quando os tratores chegaram para derrubar áreas de cerrado na chapada, a comunidade se mobilizou e não deixou o desmatamento ocorrer, mandando os operadores dos tratores para casa com o recado de que não voltassem mais. Em seguida, o suposto dono da terra queria entrar em “acordo”, oferecendo oito hectares a cada uma das 55 famílias, mas a comunidade não aceitou. Em vez disso, através da sua associação, entrou com um processo de desapropriação de 1.600 hectares de terras no INCRA. A associação foi criada no ano 2000 para defender os interesses da comunidade.

Sobre a Suzano, um morador afirma que não tem muita coisa boa para dizer, enfatizando que nunca vão aceitar a presença da Suzano no território da comunidade porque “nunca vamos dizer que fazer devastação é bom”. Outro morador, de 71 anos, acrescenta que “essa Suzano já desabrigou muita gente. Eles foram chegando com bonitas promessas, iludindo as pessoas desavisadas, e algumas delas venderam suas áreas por qualquer coisa”. O primeiro morador continua: “Mas nós, da comunidade de São Raimundo, estamos unidos, somos uma comunidade que luta pela terra, para conseguir encontrar aquilo que é necessário para sobreviver”. E disso não abrem mão.

---

<sup>23</sup> Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás.

## A riqueza natural do Cerrado versus a pobreza do monocultivo do eucalipto

**“O verde que eu conheço é a natureza que deus nos deixou; para eles não vale nada, só serve para derrubar”**  
(morador de São Raimundo, município de Urbano Santos, sobre as empresas de soja e eucalipto atuantes na região do Baixo Parnaíba, Maranhão)

**“Uma espécie frutífera como o bacurizeiro, espécie da Amazônia, do Cerrado e das suas transições, ganha de goleada de uma espécie como o eucalipto em importância ecológica, ambiental, social, econômica e histórica. A verdade é tão pura e simples que alguém perguntou um dia como havia gente com coragem para substituir uma espécie pela outra”**  
(Mayron Régis, em seu livro “As Chapadas e os Bacuris”, Fórum Carajás, 2011, p.27)



Se for para falar em símbolos, o símbolo das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba é sem dúvida, o bacuri<sup>24</sup>, de cujo fruto tudo se aproveita. Sua polpa é transformada em um suco delicioso e nutritivo, além de a venda da polpa proporcionar uma renda importante para as comunidades, pois é muito apreciada nos centros urbanos do estado. Sua casca ou semente pode se transformar em saboroso doce ou geléia. As sementes também são usadas na fabricação de óleo para tratamento de dermatoses. A fruta também pode ser aproveitada para uso medicinal, por exemplo, como anti-inflamatório. Trata-se de uma árvore misteriosa e envolvente. O Bacuri ainda é pouco pesquisado, como é o caso de todo o ambiente do Cerrado do Baixo Parnaíba, uma

---

<sup>24</sup> O bacuri vem de uma árvore majestosa, com uma diversidade impressionante de formas e alturas.

região de transição entre Cerrado e floresta Amazônica. O Cerrado, a exemplo do bacurizeiro, impõe seu próprio passo e dá ritmo aos seres humanos que querem usufruir da sua abundância. Os moradores locais, seguindo o ritmo do Bacuri, costumam esperar até que as frutas maduras caiam no chão para fazer a coleta. Quem “derruba” as frutas ainda no pé tem a certeza de que obterá menos polpa e que a árvore não dará frutas no ano seguinte. É assim que os moradores das chapadas do Baixo Parnaíba aprendem sobre os limites da natureza e, acima de tudo, sobre a importância de respeitá-los. Ironicamente, com o avanço da monocultura de eucalipto, aumentaram as “derrubadas” dos bacuris, como se fosse um alerta de que o fim de uma cultura rica e secular pudesse estar próximo.

### **BOX 1: SOBRE A PRODUTIVIDADE DO CERRADO**

Moradores de comunidades que estão pleiteando áreas de assentamentos no INCRA ou no ITERMA reclamam do conceito vigente de produtividade, que os técnicos desses e de outros órgãos aplicam nas vistorias. Estes técnicos, geralmente agrônomos, muitas vezes consideram o Cerrado “improdutivo”, não levando em conta seus milhares de bacurizeiros e pequizeiros carregados de frutas valiosas, como o babaçu, que oferece um azeite excelente, os buritizeiros, cujas frutas rendem um valioso doce, as pequenas roças nos baixões, onde os moradores plantam tudo misturado – arroz, mandioca, feijão, milho, abóbora, melancia. Na visão predominante do técnico, produtividade se traduz em grandes monoculturas, em um alto uso de insumos, como fertilizantes e agrotóxicos. Mas ninguém nas comunidades do Baixo Parnaíba come eucalipto, e a soja tampouco faz parte do seu cardápio. Essas pessoas não costumam jogar veneno nos alimentos. O desconhecimento da alta biodiversidade, dos valores fundamentais do Cerrado para as comunidades tradicionais, além do seu potencial para um manejo agroextrativista que gere renda e qualidade de vida para as comunidades locais, acaba incentivando a destruição de práticas seculares, de profundos conhecimentos do ecossistema, do aproveitamento das frutíferas, das plantas medicinais e outras práticas que fazem parte da rotina das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba. Tais práticas poderiam ser realmente chamadas de “sustentáveis” se essa palavra não fosse tão abusada, inclusive pela empresa Suzano.

O símbolo da Suzano é certamente o eucalipto. Não é sua diversidade que impressiona, e sim sua monotonia, o fato de uma árvore ser igual à outra, são quilômetros e mais quilômetros de enfadonha mesmice, além de outras plantas e animais não poderem conviver com ela. As grandes extensões dos monocultivos não têm utilidade para as comunidades ou os animais; os eucaliptos não oferecem frutas ou polpas que possam alimentar as filhas e os filhos desta terra. Alguém que queira conhecer os segredos do

Cerrado do Baixo Parnaíba ou as pessoas nativas que fazem parte da diversidade do lugar nada tem a aprender com o eucalipto. Essas pessoas nativas enriquecem e adubam a terra ao nascer, quando a mãe enterra o umbigo, e ao morrer, quando os corpos voltam ao seu local de origem, em cemitérios praticamente plantados com eucalipto.



O Baixo Parnaíba é lugar sagrado para centenas de famílias. É onde estão seus antepassados, sua história, seu amor, seu rito, sua vida. A plantação de eucalipto é responsável pela destruição do Cerrado e de seus principais símbolos, ao arrasar sem piedade milhares de bacurizeiros e outras frutíferas. O eucalipto, ao contrário do bacurizeiro ou de qualquer outra planta do Cerrado brasileiro, é muito pesquisado, com o objetivo único de aumentar a produtividade em benefício dos lucros de acionistas de empresas, sempre em busca de expansão sem limites. A tolerância com algumas poucas árvores nativas, solitariamente mantidas dentro dos eucaliptais, que poderia render uma boa propaganda de conservação de árvores nativas, parece mais um triste museu “ao vivo” de alguns exemplares de árvores em vias de extinção. Produzir, para a Suzano,



significa promover a monocultura em grande escala, fantasiada de “desenvolvimento e modernidade”, que é defendida por políticos brasileiros de olho na oportunidade de ser financiados e fomentada por meios de comunicação que se alimentam do poder. Assim, a monocultura de eucalipto se espalha pelo País, destruindo ecossistemas, concentrando terras e riquezas, o que consolida e aumenta desigualdades sociais.

## **Box 2: O PROJETO DE AGRICULTURA “MODERNA” DA SUZANO**

Depois de enganar as comunidades, onde conseguiu derrubar a chapada e plantar eucalipto, a Suzano apresenta uma proposta, chamada de “campo agrícola” e aplicada em algumas comunidades. Trata-se de uma área relativamente pequena onde é introduzida a agricultura mecanizada, “moderna”, desconhecida para a grande maioria das famílias. Um morador da comunidade de Santana, município de Urbano Santos, onde existe um “campo agrícola” em funcionamento, conta que são 120 hectares para 23 famílias. Ele percebe esse “campo” como uma forma de “compensação” pelos muitos bacurizeiros, buritizeiros e pequizeiros que foram destruídos pela Suzano e também pela perda de áreas de roça tomadas pela empresa para plantar eucalipto. Conta-se ainda que, nessas áreas, a empresa chegou a permitir que a comunidade fizesse a colheita para logo depois limpar a área e plantar eucalipto. No “campo agrícola” se plantam, entre outras coisas, coco, arroz e mandioca, mas a produção é pequena e não é o que as famílias imaginavam. Além disso, há preocupação com o futuro do projeto, atualmente subsidiado pela Suzano com a doação de trator e insumos químicos, mas o prazo da parceria é de apenas quatro anos.

## **Plantar “superárvores”**

As plantações de eucalipto para biomassa são diferentes daquelas promovidas para a produção de celulose. A proposta da Suzano é adensar os plantios. Se na maioria das plantações de eucalipto há espaçamentos de, por exemplo, 3x3m(1108 árvores/ha) ou 3x2 (1.665 árvores/ha), no município maranhense de Urbano Santos se encontram plantios com espaçamentos de cerca de 2,5x0,50m, levando a uma quantidade de cerca de 8.000 árvores por hectare. Isso coincide com a informação do professor Saulo Guerra, que coordenou o programa de pesquisa da Suzano com a Universidade Estadual Paulista (UNESP), em parceria com outras empresas do setor de eucalipto, como Fibria e Duratex: “usamos diferentes espaçamentos entre mudas, com até cinco vezes mais árvores por hectare”. A competição por luminosidade cria árvores mais altas e magras. A New Holland, empresa que pertence à multinacional Americana CNH e também é parceira da pesquisa, busca desenvolver uma máquina capaz de cortar 6 a 8 árvores de uma só vez e triturar a madeira em pequenos pedaços (cavacos) ainda no campo. A partir destes cavacos é que se produzem os *pellets* de exportação.<sup>25</sup>

Os impactos desse novo tipo de plantação sobre o meio ambiente, já grandes no caso das plantações “convencionais”, prometem ser ainda maiores. Conforme o professor Guerra, a produtividade de um hectare de eucalipto convencional, de 45m<sup>3</sup>, de madeira, pode aumentar com um espaçamento menor, possibilitando uma produtividade cada vez

<sup>25</sup> <http://www.udop.com.br/index.php?item=noticias&cod=1082070#nc>

maior. É óbvio que isso requer também um maior consumo de água e nutrientes, gerando maiores impactos sobre o meio ambiente. As comunidades já reclamam que cabeceiras de rio onde há eucaliptos estão secando e que a quantidade de água nos córregos e riachos próximos aos lugares onde o eucalipto está plantado no Baixo Parnaíba tem se reduzido significativamente, e esses problemas só tendem a aumentar.



O rendimento de uma matéria prima energética, baseada em monocultivos que ocupam dezenas de milhares de hectares, e que depois necessita ser transportada para outro continente a milhares de quilômetros, precisa ser otimizado, ou seja, os custos de produção precisam ser reduzidos. Reduzir custos, neste caso, significa transferir para as comunidades, para o povo brasileiro, a alta conta da destruição, porque, de fato, produzir energia dessa forma não é eficiente.

Isso explica o interesse da empresa Suzano de investir também na manipulação genética do eucalipto, buscando criar uma “superárvore” com produtividade ainda maior. Trata-se de algo que interessa também aos produtores de eucalipto para biomassa, uma formação maior de lignina – com mais teor energético – em detrimento da quantidade de celulose – com menos teor energético, ambos sendo os dois componentes básicos da madeira da árvore. A manipulação genética também pode resultar em um eucalipto resistente ao glifosato, um herbicida muito utilizado nas plantações. A resistência acelera e facilita os ciclos de produção que, no caso das plantações de biomassa, já serão bem mais curtos, de 18 a 24 meses, comparados com 5 a 7 anos no caso do eucalipto para celulose.

Não causa surpresa que a Suzano tenha comprado, em 2010, uma das principais empresas de pesquisa de eucalipto geneticamente modificado (GM) do mundo, a FuturaGene, do Reino Unido. A expectativa é conseguir a licença para plantar comercialmente o eucalipto GM no Brasil em 2015, sendo que já estão sendo realizados plantios experimentais. Segundo o diretor da empresa, Stanley Hirsch, o eucalipto GM consegue crescer 5 metros por ano, com 20 a 30% mais biomassa do que o eucalipto

comum. Ele acredita que, com o eucalipto GM, os produtores de energia conseguirão “(...) se livrar de toda a indústria de combustíveis fósseis (...)”. A FuturaGene acredita que seu eucalipto GM pode alcançar produtividade de até 104 m<sup>3</sup>/hectares, comparada com uma média de 80m<sup>3</sup> por hectare para plantações de eucalipto já específicas para biomassa<sup>26</sup>.

No entanto, os riscos da manipulação genética de árvores são muitos, por exemplo, o aumento do uso de agrotóxicos, já citado, e também a contaminação biológica de árvores nativas não transgênicas. Talvez o mais grave seja a ciência não confiável que fundamenta os pedidos da Suzano e de outras empresas para liberar o uso comercial do eucalipto GM. Aplicando o princípio da precaução ambiental, seria melhor proibir essa tecnologia por décadas, até que fosse mais bem estudada<sup>27</sup>.

## Uma empresa em crise

### A Suzano errou 100% na nossa região

Morador local do Polo de Coceira, município de Santa Quitéria

As notícias divulgadas recentemente sobre a Suzano não são nem um pouco animadoras para seus acionistas. Conforme informação da imprensa, a empresa está passando por um momento de dificuldades financeiras, ou seja, está em crise. No Maranhão, a ideia é inaugurar até o fim do ano uma nova fábrica de celulose em Imperatriz. O financiamento dessa fábrica, estimada em 3 bilhões de dólares, deixou a empresa endividada, o que a tem levado a reduzir drasticamente os gastos<sup>28</sup>. Em março de 2013, a Suzano decidiu paralisar o projeto de construção da fábrica de *pellets* que absorveria o eucalipto plantado no Baixo Parnaíba e que seria executado por sua subsidiária “Suzano Energia Renovável” no município de Chapadinha<sup>29</sup>. A previsão era de inaugurar a fábrica em 2014, mas, agora, já não há previsão de data. No local, onde está prevista a instalação do porto para exportação, um lugar muito bonito do litoral Maranhense,



<sup>26</sup> <http://www.guardian.co.uk/environment/2012/nov/15/gm-trees-bred-world-energy>

<sup>27</sup> Overbeek W, Kröger M, Gerber J-F. 2012. Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT No. 3, 108 p. ([http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT\\_POR.pdf](http://www.wrm.org.uy/publicaciones/EJOLT_POR.pdf))

<sup>28</sup> <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,lider-em-celulose-fabrica-abre-os-olhos-para-fusoes-1026637,0.htm>, 29/04/2013

<sup>29</sup> <http://tvmirante.blogspot.com.br/2013/03/bomba-suzano-suspende-investimentos-em.html>

vivem centenas de famílias que resistem à idéia de sair. Essas famílias vivem de fazer roças e também da pesca de peixes e mariscos. Além disso, trabalhadores da empresa no município de Urbano Santos têm realizado protestos contra o atraso nos salários<sup>30</sup>. Fora de Maranhão, a Suzano ainda precisou enfrentar outros problemas, como duas ocupações do MST na Bahia, em março<sup>31</sup>, e outros protestos no estado.



Outra má notícia para a Suzano é que o procurador federal Alexandre Soares recorreu da licença ambiental concedida a ela pelo governo do Maranhão. Depois de tramitar por algum tempo, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região concedeu, em 2012, liminar ao Ministério Público Federal cassando a licença ambiental da empresa, argumentando que a esfera federal, através do IBAMA, era o órgão competente para licenciar o projeto da empresa, e não a Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O Governo do Maranhão recorreu ao Superior Tribunal de Justiça, mas o ministro Ari Pargendler manteve a decisão anterior<sup>32</sup>. Isso significa que a Suzano está impedida de trabalhar no Maranhão neste exato momento.

No estado do Piauí, onde há outro projeto de fábrica de celulose e plantações de eucalipto da Suzano, a Justiça Federal, com uma argumentação parecida, também cassou a licença da empresa. Recentemente, no dia 3 de maio de 2013, a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos anunciou o cancelamento da licença prévia

<sup>30</sup> <http://www.chapadinaonline.com.br/2012/01/urbano-santos-suzano-nao-paga.html>

<sup>31</sup> <http://www.blogfolha.com/?p=71467>

<sup>32</sup> <http://smdh.org.br/?p=426>

concedida à Suzano, inviabilizando a continuidade do projeto de fábrica de celulose no estado.<sup>33</sup>

No entanto, o cancelamento judicial da licença no Maranhão não parece impedir a Suzano e seus terceirizados de trabalhar. Encontramos a ACM do Maranhão, uma empresa terceirizada, adubando normalmente as plantações e até mesmo um avião pousando depois de ter aplicado um produto que, segundo o que os moradores ouviram falar, tratava-se de “adubo”; outros já desconfiam que seja de agrotóxico. Mas o que é mesmo gritante é que a empresa não tenha dado informações à população local sobre o objetivo da aplicação aérea e os produtos aplicados. Ainda pior é o fato de a decisão da justiça de cancelar a licença não ter sido respeitada.



O cancelamento das licenças tampouco intimidou a empresa em sua busca de expandir o raio do seu selo verde, concedido pelo FSC,<sup>34</sup> para o Maranhão – selo que já conquistou no Sudeste, apesar dos impactos negativos e protestos, e agora está em vias de obter no Maranhão. Moradores da comunidade do Baixão da Coceira contam que, há pouco tempo, receberam a visita de alguém de uma empresa certificadora, que veio em um veículo onde também estavam os funcionários da Suzano. Por isso, já desconfiaram das intenções da pessoa, mesmo que os funcionários da empresa não tenham participado da conversa. Não ficou claro para os moradores qual era o objetivo da visita, se as áreas da Suzano no Baixo Parnaíba serão também certificadas ou se, ainda, trata-se da certificação de outras áreas de eucalipto no Maranhão. O mínimo que se pode esperar da certificadora é que os impactos do eucalipto, mas, sobretudo, as violações sociais e ambientais pelas quais a Suzano é responsável no Baixo Parnaíba, impeçam qualquer certificação da empresa no estado e fora dele: não se trata de uma empresa “socialmente justa” nem “ambientalmente adequada” – termos usados pelo selo verde do FSC ao certificar irresponsavelmente as plantações de monocultivos de árvores.

Em alguns municípios, os desmatamentos provocados pela expansão do eucalipto e da soja e os demais impactos associados às monoculturas têm levado à criação de leis municipais específicas que buscam prevenir esses impactos. Em Mata Roma, Água Bela, São Benedito do Rio Preto e Barreirinha, são proibidas as monoculturas de

---

<sup>33</sup> <http://180graus.com/aquiles-nairo/semarpi-cancela-licenca-ambiental-que-o-estado-tinha-concedido-a-empresa-suzano>

<sup>34</sup> Conselho de Manejo Florestal – Forest Stewardship Council ([www.fsc.org](http://www.fsc.org)).

eucalipto e soja, e, nos últimos três, também o desmatamento do Cerrado. No entanto, em São Bernardo, a Suzano conseguiu derrubar a lei municipal porque pretende plantar 15 mil hectares de eucalipto nas áreas de chapada, de vital importância e muito usadas para a sobrevivência da comunidade de Enxú.

Uma tática usada com frequência pela Suzano e por outras grandes empresas no Brasil para garantir benefícios junto às autoridades é o financiamento de campanhas eleitorais em todas as esferas (municipal, estadual e federal) e para todos os cargos, sobretudo daqueles candidatos com chances reais de se eleger<sup>35</sup>. No Baixo Parnaíba, nas últimas eleições municipais de 2012, a empresa, por exemplo, financiou o candidato a prefeito de São Benedito do Rio Preto, Odilon Araujo Frazão Filho do PR, com R\$ 34.811,04<sup>36</sup>. No entanto, ele perdeu por pouco para Dr. Mauricio, do PMDB, partido do grupo político dos Sarney, o mais influente no estado. A Suzano também financiou este grupo, com R\$ 440.000<sup>37</sup>.

## Considerações finais

Apesar de tudo isso, comunidades no Baixo Parnaíba continuam resistindo à invasão por parte da Suzano, esperando pacientemente pela desapropriação das áreas requeridas pelo INCRA e pelo ITERMA – processos que andam muito lentamente, ao contrário da rapidez com a qual empresas conseguem obter suas licenças. Nenhuma das comunidades citadas neste artigo e envolvidas na luta de resistência contra o projeto da Suzano teve sua portaria de criação do assentamento publicada até agora.

Com garra e determinação, e com o apoio de setores da sociedade civil regional como o “Fórum em Defesa do Baixo Parnaíba” – uma articulação que inclui organizações da Igreja Católica e trabalhadores rurais em municípios afetados pelas empresas de soja e eucalipto, como o Fórum Carajás e a Sociedade Maranhense de Direitos



<sup>35</sup> Veja livro recente chamado “Sanguessugas do Brasil”, do jornalista investigativo Lúcio Vaz, sobre este tipo de prática muito comum entre as empresas que atuam no Brasil, dando destaque às que promovem as plantações de monocultivos de árvores (veja <http://www.geracaoeditorial.com.br/hotsite/sanguessugas/>)

<sup>36</sup> [www.tse.jus.br](http://www.tse.jus.br)

<sup>37</sup> <http://blog.jornalpequeno.com.br/johncutrim/2012/11/30/veja-as-empresas-que-doaram-ao-pmdb-da-oligarquia-na-campanha-para-prefeito-de-sao-luis/>

Humanos – as comunidades buscam fortalecer sua organização e sua resistência. Um exemplo são as iniciativas de valorização do Cerrado e das comunidades que dele dependem através de projetos de manejo do bacuri, criação de pequenos animais e valorização do agroextrativismo, além de iniciativas que contam com o apoio do Fórum Carajás e outros parceiros. Essas iniciativas mostram à sociedade e ao mundo que é possível viver bem daquilo que o Cerrado oferece e, ao mesmo tempo, conservá-lo.

“... diante da aparente inevitabilidade, aqueles destinados a desaparecer reagem e lutam. Levantam do seu chão e buscam tornar pública a sua existência, os seus direitos, a sua vontade de continuar a ser o que são e, principalmente, incomodam. Buscam mudar o curso do inevitável. Arraigados às suas raízes, tal como os velhos Buritis, erguem-se para o céu, desafiam os domínios do mundo, enfrentam a lógica aparentemente inquestionável do desenvolvimento e da modernidade e dizem: “aqui estamos, aqui queremos ficar, não somos o atraso, mas podemos ser o futuro, pois não destruímos a natureza, respeitamos os seus ciclos, conhecemos as suas dinâmicas e podemos ajudar a construir novas formas de relacionamento com ela. Temos uma ‘ciência’, um conhecimento, que não destrói, que não privatiza as riquezas e que nos ensina a cuidar e preservar”<sup>38</sup>.

Escutar as histórias das comunidades que lutam contra a Suzano nos faz pensar que não há sentido em manter de forma tão nefasta um modelo energético e de desenvolvimento falido, que está levando a humanidade para um desastre sem precedentes. Plantar o Baixo Parnaíba com eucaliptos para vender madeira ao Reino Unido e outros países na Europa não só é perpetuar o colonialismo como também, e sobretudo, é uma ideia bastante irracional. Há que se pensar em formas mais inteligentes, mais eficientes, para gerar as energias futuras e pensar a energia de forma diferente, evitando o consumo excessivo de hoje. Para abastecer, à base de biomassa de eucalipto, toda a demanda de energia do Reino Unido, seria necessário plantar cerca de 55 milhões de hectares de eucaliptos no Brasil, um absurdo total, mas um cenário atrativo para empresas como a Suzano e seus acionistas<sup>39</sup>. Ninguém gostaria de imaginar a quantidade de conflitos, dramas e violações que isso causaria. Os brasileiros, ou qualquer outro povo, não merecem esse destino.

É hora de mudar a história, romper paradigmas, aprender e começar a valorizar de vez as comunidades de Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Amazônia e a diversidade de modos de vida associados a elas. Chegou a hora, como disse a moradora de Santa Quitéria no início deste artigo, de evitar mais desgraça nas vidas das comunidades tradicionais do Baixo Parnaíba ou de qualquer outro Povo. É hora de pensar nas necessidades de hoje sem esquecer de preservar as reservas do futuro que irão alimentar, confortar e dar sustento às próximas gerações.

---

<sup>38</sup> De Horácio Antunes, professor de sociologia da Universidade Federal de Maranhão (UFMA). Em: Régis, Mayron, “As chapadas e os bacuris”, 2011. Fórum Carajás.

<sup>39</sup> [http://www.wrm.org.uy/plantations/Tree\\_plantations\\_to\\_generate\\_energy.html](http://www.wrm.org.uy/plantations/Tree_plantations_to_generate_energy.html)